

# CPLP vai priorizar cooperação na área das alterações climáticas

22 de Junho, 2017

Três anos após a última reunião ministerial lusófona sobre Ambiente, realizada em Maputo, os Estados-membros da CPLP estão ainda a ultimar as prioridades a desenvolver na cooperação no domínio das alterações climáticas, reconheceu hoje uma especialista brasileira

Em declarações à agência Lusa, a diplomata e subchefe do Departamento de Mudança do Clima do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Patrícia Leite, garantiu que as autoridades brasileiras estão dispostas a apoiar ações de formação em vários Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mas que, para tal, é necessário conhecer as experiências de cada um dos “nove”.

Patrícia Leite falava no final dos três dias do I Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para a Transparência nas Alterações Climáticas, que decorreu na sede da CPLP em Lisboa, na presença de responsáveis de todos os países da comunidade – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O seminário foi organizado pela presidência brasileira da CPLP, no quadro do tema eleito pelas autoridades de Brasília sobre “CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, tendo como pano de fundo o 13.º marco dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o combate à mudança do clima.

“Ainda estamos na etapa de conhecer um pouco mais as experiências de cada país. Daí o seminário. Os Estados membros da CPLP pertencem a grupos diferentes e nem sempre temos oportunidade de estarmos todos reunidos. Por outro lado, é um seminário em Português, o que é muito raro, porque os encontros, normalmente, são a nível regional e o inglês e o francês são as línguas dominantes”, explicou.

“O Brasil vai apoiar ações de formação nos países da CPLP. Vamos agora selecionar as ações futuras, priorizá-las e executá-las. O caminho comum é a flexibilidade, sabermos que estamos numa negociação (sobre o clima) em que há perfis totalmente diferentes, relacionados com as fontes de emissão (de gases), de capacidades, de apoio, tendo como pano de fundo o Acordo de Paris”, acrescentou.

Sobre um eventual impacto na cooperação lusófona nesta temática pela saída dos Estados Unidos dos Acordos de Paris, assinados em 2016, Patrícia Leite lamentou a decisão anunciada pelo Presidente norte-americano, Donald Trump, mas sublinhou que a reação adversa da comunidade internacional acabou por traduzir-se num maior empenho de todos os atores.

“Este é o momento de se ir buscar mais envolvimento. Logo a seguir ao anúncio (de Trump), houve uma repercussão a nível internacional quase unânime em

mostrar uma preocupação com a decisão, ao mesmo tempo em que se pediu um maior envolvimento na execução do Acordo. É lamentável, pois os EUA são um ator fundamental e é importante que se mantenham num processo que é irreversível”, concluiu.